

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA



**SENADO FEDERAL**  
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JULHO A SETEMBRO - ANO VI - NÚMERO 23

# **DISPONIBILIDADE GRÁFICO-EDITORIAL DA IMPRENSA ESPECIALIZADA (\*)**

**Prof. Roberto Átila Amaral Vieira**

Chefe da Divisão Editorial do Serviço de Publicações da  
Fundação Getúlio Vargas e Professor de Economia Política  
na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro.

**SUMÁRIO: I. Introdução; II. Ausência de Informação; III. Problemas Peculiares à Imprensa Especializada; IV. Tendências da Indústria Gráfica; V. Conclusões.**

---

(\*) Conferência proferida, como representante da Fundação Getúlio Vargas, no 1.º Encontro Nacional de Imprensa Especializada, promovido pela Associação Brasileira de Imprensa.

## I — INTRODUÇÃO

A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, procurada pelo Grupo Executivo da Indústria do Livro — GEIL, acertou Convênio de Pesquisa com o Ministério da Educação e Cultura visando ao dimensionamento da indústria gráfico-editorial do Brasil. Preparada a metodologia e iniciado o levantamento da literatura, o Instituto Brasileiro de Economia — IBRE, órgão da Fundação encarregado da Pesquisa, convenceu-se de sua impraticabilidade. Nossos economistas concluíram pela ausência de dados sobre os quais pudessem trabalhar, assim como a impossibilidade de coletá-los junto das gráficas, pois, se revelados, evidenciariam custos operacionais e de produção mantidos em sigilo.

Declinando do Convênio, a Fundação não desistiu, entretanto, da Pesquisa e pretende, por outros meios, atingir a seus objetivos. Isso virá através de levantamento já contratado pelo Ministério da Fazenda e durante o qual terá acesso às informações que não lhe foram facilitadas naquela oportunidade. A apuração desses resultados, porém, só se tornará factível depois do segundo semestre de 1970, se tudo correr bem. Até lá, seremos obrigados a trabalhar com estimativas aleatórias e projetadas com elevada margem de erro. A quase absoluta ausência de informações sobre a indústria gráfico-editorial e a não-circulação dos poucos dados disponíveis impressionaram-nos de tal forma que resolvemos dedicar-lhes o maior destaque.

Partindo da informação do IBRE, decidiu a Fundação, ainda assim, não faltar ao apelo da ABI e participar desta iniciativa, já agora representada por sua Editôra. O compromisso do Relatório foi transferido para a Divisão Editorial do seu Serviço de Publicações. A transferência implicou, necessariamente, em mudança de critério na abordagem do problema.

Nosso Relatório, portanto, será o reflexo da experiência da Fundação Getúlio Vargas como uma das editôras de livros e periódicos do País e, certamente, a maior editôra de periódicos especializados. Assumindo o difícil encargo de editar nove revistas especializadas, uma das quais em inglês, destinada a um público internacional, e enfrentando problemas que vão desde o processo gráfico à comercialização e distribuição, a Fundação Getúlio Vargas encara todos esses problemas com conhecimento de causa.

Revelo esses fatos com o intuito de justificar a presença aqui de um Editor substituindo um economista, que lhes proporcionaria o conhecimento dos resultados de uma pesquisa, afinal não realizada, pelas razões sabidas.

## II — A AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO

Este encontro abre nova perspectiva. É a primeira vez que se reúnem, para discussão de problemas comuns, os responsáveis pela imprensa especializada brasileira. Aqui estivemos, durante cinco dias, editôres, gráficos e distribuidores, debatendo as questões prioritárias e apurando os elementos necessários ao

levantamento de nossas alternativas e projeções. Como toda atividade pioneira, esta primeira tomada de posição, se tem a seu favor as vantagens do inusitado, a agradável sensação que proporciona aos participantes, desbravadores de idéias novas, leva consigo as conhecidas desvantagens de quem abre caminho: não há uma experiência anterior em que se louvar, não há dados, nem informações: caminha-se às apalpadelas.

Se não houvesse outros argumentos, essa dificuldade justifica este Encontro e diz da contribuição que a ABI presta ao País.

Urge, porém, refletir mais demoradamente sobre o problema da Informação na indústria gráfica.

O conhecimento da economia brasileira muito se ressentia, ainda, da falta de informações. Com exceção de alguns raros setores, como os das indústrias automobilística e do cimento, nos demais escasseiam os dados. O hábito das estatísticas ainda não foi adquirido por nossos empresários. As pesquisas de mercado, os estudos de viabilidade, a modernização do parque fabril, a racionalização dos métodos de trabalho e administração constituem exceção à regra da improvisação, do empirismo, dos golpes de astúcia, dos lances de ousadia etc. Essa situação — igualmente reveladora da ditadura do empirismo, numa fase de desenvolvimento industrial caracterizada pela profissionalização — é mais acentuada na indústria gráfica, de todas, aquela onde mais destacada se faz a presença do amadorismo. Essa tendência — fácil de ser entendida se remontarmos à história da tipografia no Brasil, quando o tipógrafo era, a um tempo, Mecenas, intelectual e artesão — é também extremamente perigosa no estágio atual da economia brasileira.

Para o embasamento deste trabalho, os técnicos do INDOC procuraram, numa estafante pesquisa de campo, os mais diversos órgãos, governamentais ou não. Ao todo, foram visitados 16, e consultados os mais variados documentos (Tabela I). Tudo isso, sem falar nas inúmeras entrevistas durante as quais ouvimos gráficos, editores e autoridades ligadas à área (1).

A apuração dos poucos elementos colhidos convenceu-nos da quase total ausência de informação sobre a indústria gráfico-editorial. Até onde pudemos chegar, o problema se manifesta sob dois prismas. No primeiro caso, temos a falta de dados, e, no segundo, a inexistência, absoluta, de circulação das poucas informações disponíveis.

Afigura-se-nos dispensável examinar os prejuízos causados à atividade editorial. Destacamos, porém, a necessidade de estabelecer um sistema de informação capacitado a alimentar o setor.

---

(1) O autor agradece a inestimável colaboração de quantos concorreram com idéias novas, sugestões e informes. As deficiências, todavia, são de sua inteira responsabilidade.

**TABELA I**

38  
37  
36  
35  
34  
33  
32  
31  
30  
29  
28  
27  
26  
25  
24  
23  
22  
21  
20  
19  
18  
17  
16  
15  
14  
13  
12  
11  
10  
9  
8  
7  
6  
5  
4  
3  
2  
1

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
DIVISÃO EDITORIAL

1	1 - MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Registro de Propriedade Industrial	1
10	Biblioteca Nacional	Assessor de Imprensa do Ministério da Indústria e Comércio	10
20	Diretor da Imprensa Nacional	Sindicato Nacional dos Editores de Livros Sindicato Nacional dos Gráficos (GB) Associação Brasileira da Indústria Gráfica (S. Paulo)	20
30	Sindicato Nacional do Livro	Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas (Guanabara)	30
40	Instituto Brasileiro de Opinião Pública (IBOP)	Anuário Brasileiro de Propaganda	40
50	Sindicato Nacional dos Gráficos (Guanabara)	Ministério do Trabalho (Departamento de Mão-de Obra)	50
60	2 - VEÍCULOS BRASILEIROS DE PUBLICIDADE (Publiform) — 3 - INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (Periódicos Brasileiros de Cultura) — 4 - ANUÁRIO INDUSTRIAL DA GUANABARA —		60
65	5 - GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA DO LIVRO — 6 - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA		65
	Órgãos procurados diretamente pela FGV		
	Órgãos aos quais nossos pesquisadores foram encaminhados, sucessivamente.		

Visando ao barateamento da informação, o sistema proposto deve ser concebido nos termos mais amplos possíveis. Não deverá ficar adstrito a um só aspecto do problema (o gráfico, ou o editorial), mas atuar em termos de globalidade, aplicado à indústria gráfico-editorial como um todo.

Neste sentido, cumpre estimular o interesse dos publicitários. Qualquer que seja a característica da publicação — especializada ou de grande público, cultural ou não — deve ser objeto do interesse publicitário.

É fora de dúvida que esse sistema de informação — por mais necessário e urgente — será exequível unicamente na medida em que resultar do esforço cooperativo do grupo. O alto custo da computarização só será contornável pelo editor brasileiro através de uma solução nessa ordem, de que serve de exemplo o sistema *time sharing* (partilhamento do tempo) utilizado para tornar os grandes equipamentos acessíveis aos pequenos usuários.

### III — PROBLEMAS PECULIARES À IMPRENSA ESPECIALIZADA

O termo *imprensa especializada* é genérico. Abrange, sob a mesma denominação, periódicos de diversos tipos, como o *Jornal dos Sports*, que tem, em média, uma tiragem diária de 120.000 exemplares, e a *Revista Brasileira de Economia*, da Fundação Getúlio Vargas, cuja tiragem média em 1969, foi de 3.000 exemplares, pois é dirigida a um público bastante reduzido. Faz-se mister, portanto, dividir a *imprensa especializada* em dois grupos principais: um, cujas publicações têm menor tiragem, e são as de cunho nitidamente cultural, ou as editadas por órgãos governamentais, essas destinadas à promoção do poder público, como as revistas das companhias de economia mista — Petrobrás, Siderúrgica Nacional — e as ministeriais, como a *Revista dos Transportes*; outro, cujas publicações são consideradas *veículos de publicidade*, por apresentarem grandes tiragens e se destinarem ao chamado grande público.

É impraticável o levantamento do primeiro grupo. A dificuldade resulta do número excessivo de títulos, da variedade de assuntos a que se dedicam, da irregularidade na circulação, da divulgação restrita e distribuição a um público fragmentado, além de estarem espalhadas por todo o País. Embora constituam um complexo desordenado, são as que mais fazem jus à assistência governamental pelo inestimável trabalho de difusão da cultura que realizam. Seria interessante, como desdobramento deste primeiro Encontro, promovermos um debate específico sobre o setor cultural do periodismo especializado, tendo em vista a necessidade premente de fazermos algo para dinamizá-lo.

As dificuldades, visando à simples catalogação dos periódicos, resultam da falta, até mesmo do controle de sua existência. A multiplicidade de órgãos atuando na área impossibilita que qualquer um deles possa prestar as infor-

mações necessárias. Dispomos, normalmente, de dados imprecisos e conflitantes. Através das autoridades alfandegárias, o Ministério da Fazenda controla o consumo de papel e, portanto, o número de periódicos e respectivas tiragens; o Ministério do Trabalho, a habilitação de seus diretores; o Ministério da Indústria e do Comércio, a propriedade do título; o Ministério da Educação e Cultura, através da Biblioteca Nacional, deveria registrar a circulação; o Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o registro da marca e da firma etc. Ao consultar separadamente essas organizações, verificamos que suas informações se contradizem.

As Bibliotecas Nacionais são, em todo o mundo, por lei, os depositários da produção literária do País. No Brasil, a missão é obstaculizada por um múltiplo problema: a desobediência dos editores, que a levam a um registro falho e incompleto, e a clássica ausência de recursos que dificulta a publicação dos títulos registrados. Para que se tenha uma idéia do problema, basta lembrar que o último *Boletim Bibliográfico* publicado pela Biblioteca Nacional data de 1964. Cinco anos depois, está evidentemente superado, reduzido a documento para simples referência histórica.

Apesar de tôdas as dificuldades mencionadas, êsse Boletim, que reúne indistintamente jornais, revistas (especializadas ou não), boletins, anais etc., revelava a existência, àquela época, de 1.401 títulos. Já em 1968, o IBBD publicava uma listagem dos periódicos brasileiros que considera de cultura. Apesar da restrição (periódicas de cultura), o IBBD catalogou cerca de 2.028 títulos!

A *imprensa especializada* de caráter cultural precisa organizar-se urgentemente para sobreviver.

As publicações do segundo grupo, com sua vida editorial mais ou menos assegurada pela programação publicitária, são de mais fácil catalogação. Mesmo assim, não há uniformidade nas informações. Pesquisa de responsabilidade do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, divulgada êste ano, declara a existência, em 1966, no eixo Rio—São Paulo, de 520 periódicos, responsáveis por uma tiragem global de 185.113.500 exemplares. Os periódicos não são especificados por assunto, englobando a cifra tôda a sorte de publicações. Por seu turno, o *Anuário Brasileiro de Propaganda*, relativo ao período 1968/69, e *Veículos Brasileiros de Publicidade*, 4ª edição, cadastram um total de 257 publicações periódicas consideradas por êles como veículos publicitários. A rubrica *revistas especializadas* está subclassificada segundo o assunto, em:

- a) economia, finanças, legislação (28 títulos);
- b) propaganda, vendas (9 títulos);
- c) rurais (agricultura e pecuária) (35 títulos);
- d) medicina, odontologia, veterinária (42 títulos);
- e) industriais (12 títulos);

- f) alimentos e bebidas (5 títulos);
- g) eletricidade, eletrônica (10 títulos);
- h) panificação, pesca (4 títulos);
- i) plásticos, química (5 títulos);
- j) transportes (15 títulos);
- k) indústrias diversas (15 títulos);
- l) policiais, mistério (11 títulos);
- m) esporte (7 títulos);
- n) fotografia, ótica (2 títulos);
- o) programas de teatro (2 títulos);
- p) religiosas (10 títulos);
- q) turismo (9 títulos); e
- r) diversas, onde há revistas como *Almanaque do Pensamento, Brasil Rotário, Conselheiro Conjugal* etc., num total de 36 títulos.

Não incluímos as *Listas Telefônicas*, também relacionadas pelo *Anuário*. Além de não considerarmos essa publicação como integrada no espírito da imprensa especializada, sua presença, com tiragem anual de 4 milhões de exemplares, deturparia a informação. Ao todo, essas 257 publicações perfazem aproximadamente 3.596.584 exemplares. Não constam da relação as revistas femininas, catalogadas em separado. Em número de 39 títulos, desde revistas de modas e fotonovelas, têm uma circulação global de 4.800.000 exemplares. Na categoria *jornais*, temos: o *Jornal dos Municípios Brasileiros*, mensal, com 25.000 exemplares; o *Jornal dos Sports* e a *Gazeta Esportiva*, diários, com uma média de 120.000 exemplares por edição; o *Diário do Comércio*, da Associação Comercial de São Paulo, com 15.000 exemplares, e o *Diário do Comércio e Indústria*, com 39.000. Reunindo todos os títulos, teríamos uma tiragem global, por edição, de 8.595.584 exemplares. Esses dados, no entanto, devem ser recebidos com reserva. O número de títulos não corresponde à realidade e as tiragens estão supervalorizadas. Das nove revistas editadas pela Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, apenas duas foram registradas, o que nos faz supor a ocorrência de igual omissão respeitante a outras editôras. Ademais, é hábito dos editôres inflar as tiragens de suas publicações. O pesquisador experiente leva em conta esse fato na análise da amostragem, principalmente quando, como no presente caso, os dados são fornecidos a órgãos destinados à programação publicitária, pois, como sabemos, há uma relação direta entre as tiragens e a publicidade.

A periodicidade dessas publicações varia desde a diária à anual, havendo nítida predominância na periodicidade mensal, responsável, segundo dados de 1966, por 69,8% dos títulos e 49,3% dos exemplares (Tabela II), sendo o processo *offset* o mais usado na impressão, com 50,8% dos periódicos (Tabela III).



TABELA II

*PERIÓDICOS – Distribuição Percentual Sobre Títulos e Exemplares*

PERIODICIDADE	DISTRIB. PERCENTUAL SOBRE	
	Títulos	Exemplares
Semanal .....	1,2	34,8
Quinzenal .....	2,1	12,4
Mensal .....	69,8	49,3
Bimestral .....	3,8	1,1
Trimestral .....	8,1	1,5
Semestral .....	2,5	0,1
Anual .....	12,5	0,8
Total .....	100,0%	100,0%

NOTAS: 1) 520 títulos = 100,0%  
184.113.500 exemplares = 100,0%

2) A quantidade de exemplares refere-se à produção de 1 (um) ano.

TABELA III

## PROCESSOS DE IMPRESSÃO

*Distribuição Percentual Sobre Exemplares Impressos*

PROCESSOS UTILIZADOS	DISTRIB. PERCENTUAL SOBRE EXEMPLARES	
	Livros	Periódicos
Tipografia .....	46,8	21,5
Offset .....	52,9	50,8
Rotogravura .....	—	27,6
S/especificação .....	0,3	—
Total .....	100,0%	100,0%

NOTAS: 1) 47.169.466 livros = 100,0%

2) 184.113.500 livros = 100,0%

A imprensa especializada de pequeno e médio porte se depara com três problemas angustiantes: o custo da produção gráfica, os prazos permanentemente não cumpridos e as dificuldades de comercialização. Salvo as revistas de grande público, que têm maiores tiragens e parque gráfico próprio, as demais, em geral, de porte médio para baixo, são pressionadas pelo elevado custo da produção gráfica, que determina o alto preço das vendas de exemplar avulso. Daí ter-se, por exemplo, em 1967, mais da metade dos periódicos (52,3%) impressos em uma côr, com um aumento de apenas 20,1% na impressão a côres sobre o período de 1962 a 1966. A redução de côres, como sabemos, importa em impressão mais rápida e, fundamentalmente, custos inferiores.

O prazo, problema básico para quem não dispõe de gráfica própria, resulta, frequentemente, em grandes prejuízos. As gráficas recebem encomendas acima de sua capacidade de atendimento. Como trabalham, em geral, sem programação e escala de prioridades, não cumprem os prazos, acarretando atraso na circulação. Pesquisa desenvolvida em 1967 na área Rio—S. Paulo, revelou a grande preocupação dos editôres com relação ao prazo, que tem de ser inflexível para se evitar a caducidade dos periódicos. O prazo de entrega e a qualidade do serviço representavam 61,2% dos motivos que levavam à escolha de uma gráfica. Os editôres de periódicos, em sua larga maioria, declararam que não utilizariam serviços gráficos de outras cidades, evidenciando, assim, a preocupação pelo contrôle da produção gráfica. Dessa forma, as agências e os corretores preferem anunciar nas revistas de interesse geral a fazê-lo nas especializadas — apesar do custo do cm/página das primeiras ser bem mais elevado. Além de terem garantida uma circulação regular, dentro do prazo estabelecido, atingem um público muito maior, bem que não seja diretamente interessado no produto oferecido e não constitua um comprador potencial. Para o atraso muito contribui, ainda, o amadorismo reinante nas redações e o mau hábito, talvez resultante das dificuldades financeiras, de não remunerar o trabalho intelectual. Normalmente, os autores devem ficar agradecidos por verem seus trabalhos publicados, única forma de fugirem ao ineditismo. A produção não-remunerada, todavia, retira do editor toda a possibilidade de exigir pontualidade dos colaboradores, para manter um cronograma de produção. Poucas são as redações que trabalham mediante programação, contra a qual se insurgem gráficos e colaboradores.

A Fundação Getúlio Vargas, por exemplo — que edita nove revistas e um informativo de circulação interna e oferece uma média de 46 livros anuais e grande número de folhetos, prospectos etc., trabalhando com as melhores gráficas do País, com sede na Guanabara — tentou estabelecer um cronograma comum de funcionamento para seus setores gráfico e editorial, a fim de que as fases da produção pudessem ser previstas e planejadas. Passamos todo êste ano de 1969 tentando realizá-lo, mas as dificuldades surgidas foram tantas que desistimos.

Outro problema igualmente crucial é o da comercialização do periódico. Mais da metade — cifra otimista — das publicações periódicas brasileiras transforma-se em encalhe, por fôrça de sua má circulação. As revistas de porte médio são vítimas de um círculo vicioso: não são distribuídas porque têm tiragens pequenas; têm tiragens pequenas porque não são distribuídas. O custo de um sistema de distribuição eficiente, sobretudo de revistas, que pressupõe uma rede nacional de agentes e a necessidade de colocação em bancas, é alto demais

para justificar sua montagem. Por outro lado, as grandes distribuidoras de jornais e revistas exigem uma cota mínima de tiragem. As publicações que não atingem esse limite (5.000 exemplares), se não contarem com uma rede de agentes própria, estão condenadas ao encalhe. No Rio de Janeiro, por exemplo, em 1966, 46,1% dos periódicos chegavam ao leitor por meio de distribuidores e em São Paulo, na mesma época, 25,1%. Há, ainda, as altas taxas cobradas e as despesas com o excedente da distribuição, que é perdido, pois as bancas devolvem apenas suas capas. O custo de uma rede distribuidora, seja de assinaturas ou de periódicos em bancas, é tão elevado e com problemas operacionais de tal ordem que a Fundação Getúlio Vargas, onde funcionava há vários anos um sistema para distribuição de periódicos, concluiu que seria mais econômico entregar esse serviço a uma empresa especializada. As pequenas revistas, que constituem a grande maioria, resta o reembolso postal. Sua eficiência, entretanto, está na razão direta do endereçário de que disponham. Só as companhias mais importantes possuem um grande número de endereços de leitores-assinantes em potencial. Além do problema do endereço para utilização da mala direta, há os custos do reembolso, as despesas com expediente, prospectos e correio, e os riscos de devolução da mercadoria não retirada nos prazos estabelecidos. As compras pelo reembolso são ainda dificultadas pela impossibilidade de utilização, no Brasil, da remessa de dinheiro em espécie, acrescentando a mala direta de custos adicionais e incômodos para o cliente, que se vê obrigado à remessa de vale postal ou cheque nominativo visado. Outro fator negativo é a demora de atendimento — o tempo decorrido entre o recebimento do pedido e a chegada da encomenda ao destino. Isso desestimula sua utilização pelo grande público e acarreta ao editor a inconveniência da demora, por parte da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em prestar contas do dinheiro recebido, reduzindo ainda mais sua já pequena margem de lucro. Faz-se necessário o estabelecimento de um sistema de cooperação que reúna editores e gráficos, de forma a englobar todos os aspectos da produção editorial. Essa cooperação visaria à solução dos problemas presentes e ao planejamento de sua evolução. Nem editores nem gráficos dispõem, por exemplo, de dados que possibilitem o dimensionamento da disponibilidade gráfico-editorial da imprensa, especializada ou não. A essa cooperação devem-se associar, obviamente, os publicitários. Não é lícito condenar as revistas especializadas à inanição publicitária devido a suas tiragens reduzidas, já que são determinadas pela ausência de publicidade, única forma de garantir, afora o sempre perigoso financiamento das edições, a sobrevivência financeira. É preciso pôr fim ao tabu de que apenas as revistas destinadas ao grande público, não especializadas, são veículos publicitários. As revistas especializadas, por força mesmo dessa especialização, podem e devem ser programadas com sucesso publicitário. Sua especialização determina igualmente a seleção do cliente, em geral de alto poder aquisitivo. Qual a vantagem, por exemplo, de anunciar um computador eletrônico numa revista que, embora de grande tiragem, destina-se a um público sem poder aquisitivo ou sem interesse na área? É evidente que uma revista especializada em administração de empresas, ou em comunicações, terá um público muito menor, mas, por certo, qualitativamente preparado para consumir o produto anunciado.

Desconhecemos a existência de um organismo que congregue o periodismo especializado. Esperamos que sua criação seja um dos frutos desse Encontro.

Mas não deve ser esquecida, nessa associação, a especiosidade do periodismo cultural.

A criação de tal organismo, na ausência do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, entidade restrita à área privada e preocupada precipuamente com a produção de livros, e na impossibilidade de o Instituto Nacional do Livro ou qualquer outro organismo governamental arcar com o encargo, poderia muito bem receber o patrocínio da Fundação Getúlio Vargas. De uma forma ou de outra, essa futura entidade deveria abranger a editoração e comercialização não só de livros, mas, por igual, de periódicos e, eventualmente, de audiovisuais.

Medidas que poderiam solucionar, em parte, alguns dos problemas de tais periódicos, seriam a redução de títulos repetitivos e a extinção de publicações de circulação irregular. Mesmo que essas providências não possam ser tomadas de imediato, é necessário que haja ao menos um Encontro de todos os editores para o estabelecimento de um sistema de cooperação, com a instalação e manutenção de serviços comuns, inclusive de propaganda e divulgação. Sem medidas desta ordem, que podem resultar até na instalação de um parque gráfico explorável pelo sistema de condomínio, grande parte das revistas culturais do País estará condenada a deixar de circular.

Um dos problemas de maior atualidade a ser enfrentado pela associação que surgir é o do número de periódicos. Talvez as dificuldades de sobrevivência tenham, em parte, suas raízes no número de títulos repetitivos. Ora, essas publicações ficam girando em torno do mesmo público, de leitores e colaboradores. O número excessivo de títulos contribui para o esgotamento, tanto dos leitores como dos colaboradores. Em todo o mundo, verifica-se tendência para a redução dos títulos em benefício do aumento das tiragens e da melhoria de conteúdo.

Talvez a cooperação entre os diversos editores e, em um estágio mais avançado, entre os gráficos, possibilite à indústria gráfico-editorial enfrentar um de seus maiores problemas — as limitações de nosso idioma. Além de possuímos um baixo índice de população intelectualizada, que constitui o mercado interno, nossas tiragens são mais reduzidas ainda pelas limitações que a língua portuguesa apresenta em termos de mercado externo. Enquanto as publicações francesas, inglesas e espanholas são editadas praticamente para o mundo inteiro, inclusive para o Brasil, possibilitando grandes tiragens, certeza de lucro e baixo custo unitário, as publicações brasileiras limitam-se ao nosso pequeno público. Daí as tiragens insignificantes e o custo relativamente alto da produção gráfica em nosso País. São desconhecidos os números referentes às tiragens de periódicos. Os dados sobre a produção de livros, divulgados pela ONU, no entanto, servem de referência. Ao passo que, no ano de 1963, a União Soviética editou 78.000 títulos, a China 50.000, os Estados Unidos 28.000, o Reino Unido (inclusive a Irlanda do Norte) 26.000, a República Federal Alemã 25.000 e o Japão 24.049, o Brasil, com 95 milhões de habitantes, limitou-se a 5.133 títulos, menos do que países como a Iugoslávia, Turquia, Ruanda, Portugal, Polónia, Alemanha Oriental, Tcheco-Eslováquia, França, Índia e Países Baixos, superando apenas países como Venezuela, Cuba, Iraque etc. (2)

(2) Cf. *Escarpit, Robert. — La Revolución del Libro*, Alianza Editorial, UNESCO, Madrid, 1.ª ed., 1968, p. 64 e segs.

Segundo Robert Escarpit <sup>(3)</sup>, para a produção mundial de 380 mil títulos em 1964, 69 mil foram destinados ao bloco inglês, 39 mil ao alemão, 28 mil ao espanhol e 18 mil ao francês. O restante distribuiu-se por tôdas as demais línguas e dialetos. O número de leitores classificados por línguas mostra a situação precária do português, superado inclusive pelo holandês, além do inglês, chinês, russo, espanhol, alemão, japonês, francês e italiano. O insignificante consumo de papel destinado à imprensa especializada diz bem do volume de nossas tiragens. Respondendo por 3% do consumo mundial, a América Latina se acha em situação vantajosa apenas com referência à África e Oceania (1%), ficando em posição muito inferior à América de língua inglesa (43,2%), à Europa (36,1%) e à Ásia que, apesar de suas áreas subdesenvolvidas, atinge a cota de 15%. A posição brasileira nesse contexto, mesmo no âmbito da América Latina, é ainda bastante crítica, em virtude da predominância das edições em língua espanhola.

As deficiências do português como instrumento de divulgação cultural devem ser encaradas sob dois aspectos distintos, o interno e o externo. No plano interno torna-se urgente a alfabetização e o desenvolvimento de elites culturais, tarefa de alta envergadura, cuja realização é da alçada governamental. Aos periódicos especializados, como veículos de circulação cultural, cumpre, apenas, promover e estimular iniciativas nesse sentido. No plano externo, entretanto, as providências mais imediatas estão ao nosso alcance. Referimo-nos aos exemplos oferecidos pelo periodismo no Japão, Alemanha e Israel, que editam e fazem circular internacionalmente revistas em inglês — inegavelmente a língua internacional de nossos dias — conseguindo, com isso, transmitir sua cultura ao mundo. A essa atividade, que visa ao exterior, corresponde outra, em sentido inverso, de importância cultural talvez maior, consistente em traduzir para o idioma nacional o que é editado no estrangeiro. Esse fluxo e refluxo da informação permite difundir nossos conhecimentos próprios e transmitir aos brasileiros o conhecimento alheio, contribuindo para a concretização do sonho de nosso século: a desnacionalização da cultura, tornada acessível e útil a todos os povos do mundo. Infelizmente, estamos ainda bastante atrasados em muitos aspectos. Poucos são os esforços que visam à difusão internacional de nossa cultura. Deve-se isso a seu nível de desenvolvimento que, com exceção de alguns itens, pouco de nôvo tem a oferecer à cultura européia e norte-americana, bem como ao estágio ainda incipiente do periodismo especializado nacional.

A FGV, com todo o seu *background* técnico-cultural, só se atreve, até esta data, a uma edição em inglês, versão internacional de *Conjuntura Econômica*. Só a vocação do pioneirismo mantém essa edição internacional, que enfrenta as maiores dificuldades e não dispõe de ajuda para sobrevivência. Deve-se esclarecer que é a única publicação brasileira à disposição do meio econômico internacional. Baseados em nossas dificuldades próprias, avaliamos as dificuldades que impedem o surgimento de outras edições semelhantes. Daí sugerirmos que o Governo, através de seus organismos competentes — o Ministério das Relações Exteriores à frente — estimule e apóie as nossas publicações existentes, levando ao aparecimento de outras. As universidades brasileiras, especialmente as federais, poderiam, também desempenhando o papel de centros difusores da

(3) Ob. cit., p. 70.

cultura brasileira, tomar a si êsse encargo, enquanto outras entidades, como o Instituto Brasileiro do Café, a Associação Nacional dos Exportadores de Produtos Industrializados, a Petrobrás e outras empresas de economia mista, inclusive com proveito próprio, se encarregariam de subsidiá-las, garantido-lhes a sobrevivência.

Ao considerarmos as dificuldades apresentadas pelas publicações internacionais, não devemos esquecer, contudo, as perspectivas de mercado oferecidas pelos países latino-americanos. Estamos mais ligados política e culturalmente a Paris e Washington do que a Buenos Aires e Montevidéu, por exemplo, vizinhos que partilham conosco o mesmo atraso e os mesmos problemas.

As possibilidades comerciais abertas pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio devem atingir tanto a indústria gráfica como a atividade editorial, graças à eliminação das barreiras alfandegárias e, também, em seqüência às facilidades de difusão cultural decorrentes. Através da ALALC, a indústria gráfica brasileira pode conquistar o necessário mercado no exterior, dentro do Continente, através da exportação de livros e periódicos, sem óbice das tarifas aduaneiras. É preciso não perder de vista tais possibilidades, porquanto alguns frutos já estão sendo colhidos pela indústria nacional, que exporta trabalhos e ganha concorrências até mesmo no México. Desconhecemos, todavia, o que nesse sentido esteja sendo feito pela indústria editorial, especialmente quanto à circulação de nossos periódicos na comunidade latino-americana e, reciprocamente, à facilidade que deveremos propiciar à circulação, no Brasil, das publicações dos demais países do Continente.

No setor de traduções, verificou-se amplo avanço nos últimos anos, dificultado somente pelo alto custo dos direitos autorais. Muitas vezes a transcrição de determinado artigo, a tradução de um estudo etc., tornam-se inviáveis diante dos direitos cobrados. Além de originariamente caros, tornam-se, as mais das vezes, inacessíveis ao editor médio brasileiro em vista da desvalorização de nossa moeda. As publicações especializadas, particularmente as culturais, são as que mais sofrem com isso. Suas tiragens, em geral reduzidas, não proporcionam os recursos suficientes para a publicação, em português e no Brasil, de um original estrangeiro. Assim, é mais fácil a um *magazine*, por exemplo, publicar as memórias de Svetlana Stalin do que a Revista Brasileira de Economia editar um inédito de Herman Kahn.

Para ter-se uma idéia aproximada da importância desse problema, para nossa economia e a difusão da cultura, basta consultar dados recentes do Banco Central. Segundo revela a Divisão de Balanço de Pagamentos do seu Departamento Econômico, o Brasil remeteu para o Exterior, como direitos autorais, em 1968, 2.163 mil dólares. No primeiro semestre deste ano a evasão de divisas já atingiu a 1.225 mil dólares (Tabela IV). Enquanto isso, no mesmo ano de 1968, a Biblioteca do Congresso Americano, das taxas enviadas para o Departamento de Copyright dos EUA, para registro de *copyright*, averiguação e serviços afins, depositou no Tesouro americano 8.902.000 dólares.

TABELA IV  
DIREITOS AUTORAIS — DESPESAS

1960/1º sem./1969

Em milhares de dólares

PAÍSES	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969 1.º sem.
1 — Alemanha Ocidental .....	75	8	3	7	7	1	7	8	37	65
2 — Alemanha Oriental .....	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
3 — Argentina .....	5	12	7	25	11	5	4	5	9	5
4 — Áustria .....	1	1	1	—	—	—	—	1	2	—
5 — Bélgica .....	3	2	1	1	—	—	1	2	4	8
6 — Canadá .....	—	9	—	—	—	—	—	—	—	—
7 — Chile .....	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
8 — Dinamarca .....	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—
9 — Espanha .....	5	23	22	1	5	1	12	7	13	10
10 — Estados Unidos .....	388	504	131	139	220	144	311	526	916	195
11 — França .....	54	43	24	65	39	43	91	97	193	97
12 — Índias Britânicas .....	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
13 — Israel .....	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—
14 — Itália .....	21	30	45	70	50	22	22	77	92	49
15 — Japão .....	—	30	173	—	—	1	2	8	6	4
16 — Libéria (*) .....	—	—	—	—	—	—	57	183	484	349
17 — México .....	7	3	2	19	—	1	5	1	5	2
18 — Noruega .....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
19 — Países Baixos .....	—	—	—	—	—	1	1	13	52	285
20 — Portugal .....	6	5	—	5	3	1	1	1	10	2
21 — Reino Unido .....	33	10	11	14	7	16	58	204	271	105
22 — Suécia .....	1	—	—	—	—	2	1	2	1	—
23 — Suíça .....	22	21	4	2	2	10	16	25	48	49
24 — Uruguai .....	26	10	—	—	—	—	—	5	16	—
25 — União Soviética .....	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
26 — Venezuela .....	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—
<b>Total .....</b>	<b>649</b>	<b>711</b>	<b>424</b>	<b>349</b>	<b>345</b>	<b>248</b>	<b>592</b>	<b>1.165</b>	<b>2.163</b>	<b>1.225</b>

Fonte: Departamento Econômico do BANCO CENTRAL DO BRASIL (Estatística Nacional das Operações de Câmbio).

(\*) Os direitos autorais creditados à conta da Libéria destinam-se efetivamente aos EUA.

É evidente que essa situação deve ser modificada. A UNESCO, permanentemente preocupada com os problemas da cultura nos países subdesenvolvidos, vem insistindo, há algum tempo, junto aos desenvolvidos, para que seja estabelecida uma política de direitos autorais que, em vez de impedir, facilite o acesso dos subdesenvolvidos à cultura e aos avanços da ciência e da técnica. A discussão vai desde a redução no pagamento dos direitos, à sua total abolição, a exemplo do que fazem, entre outros, o Japão e os países socialistas. Entre uma tendência e outra, há alternativas conciliatórias, das quais destacamos o pagamento, pelo governo, dos direitos autorais. O Governo brasileiro poderia tomar a iniciativa nesse sentido, através de convênios com instituições internacionais; por um lado, pagando à editora particular estrangeira os direitos autorais, em benefício do editor brasileiro, possibilitando, assim, a difusão cultural imprescindível ao nosso desenvolvimento; por outro, obtendo do governo estrangeiro — interessado na divulgação da sua cultura — o pagamento daqueles direitos. No Brasil existem convênios mais ou menos nesse sentido com, entre outros, editoras americanas e francesas. Todos apresentam, contudo, o inconveniente de que a matéria a ser traduzida é sempre escolhida pelo cessionante e não pelo editor brasileiro. No que diz respeito às publicações latino-americanas escritas em espanhol, essas dificuldades podem ser superadas pela nossa facilidade de ler esse idioma. Com um pouco de persistência, é possível lograr o mesmo do público de língua espanhola.

Recurso intermediário, mas de alto alcance, é a introdução de um resumo em língua estrangeira, o inglês de preferência, ao fim de cada estudo ou artigo de nossas revistas especializadas. Esses resumos, além de possibilitarem maior difusão à revista abrem caminho à indexação pelas bibliografias internacionais. Uma revista brasileira, sem resumo em língua internacional, dificilmente será indexada. A ausência da indexação implica no esvaziamento da informação, que fica adstrita ao território nacional. Se indexado, o artigo terá sobrevivência garantida, pois, levado às bibliotecas especializadas e aos institutos de pesquisa, poderá ser consultado e, muitas vezes, citado ou transcrito. A moderna pesquisa baseia-se nesses índices, que constituem instrumento precioso de difusão cultural. Não podemos ficar à margem desse processo, razão por que nossos periódicos, principalmente os especializados de cunho científico, devem procurar enquadrar-se nas normas recomendadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas. Neste ano de 1969, o INDOC iniciou a normalização das publicações periódicas da FGV, atendendo a esses requisitos. Devo dizer que os resultados, compreendidos os de divulgação internacional, têm sido mais e mais satisfatórios.

#### IV — TENDÊNCIAS DA INDÚSTRIA GRÁFICA

Registra-se no setor certa tendência, provocada pelos grandes empresários, de renovar os equipamentos através da introdução da composição fria e do



maior uso da impressão *offset*. Em alguns casos, cogita-se mesmo da utilização de computadores eletrônicos. O desejo de modernização é mais efetivo nas indústrias de porte médio — obrigadas pela concorrência de poderosos estabelecimentos — e nas indústrias de grande porte, ameaçadas, entre outros fatores, pela presença, no mercado, de empresas estrangeiras. Essa ameaça se faz mais próxima com relação aos países membros da ALALC — Associação Latino-Americana de Livre Comércio — beneficiados pela supressão de barreiras alfandegárias. Entre esses países incluem-se a Argentina e o México, que têm excelentes parques gráficos. Paralelamente a esta ameaça, há o convênio cultural Brasil-Portugal, que permite a livre importação de publicações em português desde que impressas em Portugal. A ameaça, no caso, decorre da recente compra e reaparelhamento da Gráfica Bertrand pelo grupo *Time-Life*. Nossas gráficas passaram, assim, a ser ameaçadas pela concorrência da indústria internacional, pois não dispõem de condições técnicas para resistir.

Além desses fatores, deve considerar-se a característica dos oligopólios de acompanhar as grandes empresas e a indústria em geral em seu avanço tecnológico. Não há exagero em afirmarmos a tendência modernizante da indústria brasileira. Verificou-se, em pesquisa de 1967, que 50,1% das empresas do eixo Rio-São Paulo, representando 73% do capital global, tinham planos de expansão. Nestas, 30,5% eram destinados à aquisição de máquinas; 7,6% à construção de prédios próprios, ampliações ou mudança de local; e 12% à compra de máquinas e ampliações da área industrial.

Essa modernização, todavia, traz alguns equívocos e perigos. A atualização do parque gráfico e sua automação, com a conseqüente diminuição da mão-de-obra empregada e a introdução de processos mais rápidos de produção, não têm, ainda, provocado o barateamento do produto. O alto custo do equipamento e sua rápida obsolescência, o preço do material utilizado, constituído por insumos caríssimos de procedência estrangeira, e a falta de mão-de-obra especializada impedem que a racionalização, pelo menos em termos contábeis, torne o produto mais barato. A solução empregada, inclusive com êxito, tem sido diluir o custo em grandes tiragens e mascarar os preços, estabelecendo-os em função das instalações gráficas. Trata-se do binômio produtividade-rentabilidade, ou seja, a rentabilidade derivada da produção rápida. Há, por exemplo, uma equivalência de certa forma paradoxal entre o tamanho do parque gráfico e seus preços. As gráficas que dispõem de maior área industrial, de máquinas melhores e mais modernas, de processos de composição e impressão mais rápidos, são as de serviço mais caro. Indicaria isso a existência de um custo operacional mais alto e, portanto, denunciador de problemas de gerência? (4)

(4) Pelos dados de que dispomos, o custo da *composição fria* (fotocompositora) é 70% (setenta por cento) inferior ao custo da *composição quente* (linotipia). O preço do serviço (preço da composição a ser cobrado pela gráfica ao cliente), todavia, será bastante superior ao atual da composição quente. Explicação: o alto custo do equipamento e a necessidade de sua amortização. Uma conclusão: a implantação da nova maquinaria far-se-á às custas da indústria editorial.

Em termos gerais, podemos afirmar que a principal característica do processo tecnológico contemporâneo está, simultaneamente, na rápida sucessão de inventos e na sua aplicação imediata. É bastante reduzido o período que vai da concepção teórica ao emprego do novo processo, ou da nova máquina. Os modelos se sucedem com ritmo veloz, em razão dos impulsos naturais da sociedade de consumo. Daí a vida curta da máquina e sua rápida obsolescência. Isto divide em duas fases distintas o parque gráfico brasileiro. Quando foi montado, tinha a longevidade como perspectiva. Hoje, os que se renovam de maneira adequada têm que pensar em termos diferentes. Um dos argumentos mais importantes na escolha de determinada máquina era a garantia de uso pelo maior prazo possível. Essa a razão da existência, ainda hoje, de prelos centenários. Atualmente, quando uma nova máquina é introduzida no mercado, outro modelo mais aperfeiçoado já está sendo planejado. Há entre eles espaço médio de 2 anos. Por exemplo, o comprador da máquina nº 3 terá de substituí-la dentro de poucos anos. Seu concorrente, que ainda está com a máquina nº 2, ao renovar seu equipamento, comprará a máquina que está sendo oferecida no mercado, a nº 4. Se o possuidor da máquina nº 3 conservá-la terá os custos encarecidos em relação ao concorrente. A melhor solução é adquirir a máquina da 5ª geração ou da 4ª, na pior das hipóteses. Se isso não ocorrer, estará condenado a enfrentar sérios prejuízos: à obsolescência de seu parque e ao encarecimento do custo operacional, que tornará seus preços incompetitivos, somar-se-á a substituição de peças. A manutenção das máquinas será difícil. A fabricação de novos modelos em série dificulta o fornecimento de peças para os modelos anteriores, ou por motivos de ordem técnica ou para forçar o reequipamento, e conseqüentemente, a colocação de novas máquinas.

É evidente que esse quadro é menos grave nos países de *know-how* elevado. Ao importar tecnologia, estamos importando a tecnologia de áreas desenvolvidas adequadas às necessidades de uma economia também desenvolvida. No Brasil seria mais econômico utilizar as máquinas por um período mais longo, pois, apesar de sua obsolescência em termos internacionais, continuam e continuariam econômicas nos padrões restritos da economia nacional.

Entretanto, é preciso que se encare a automação com realismo, ou seja, evitar a tendência de toda estereotipação: aceitar a inovação por si mesma, sem julgamento ou análise. As razões fundamentais que justificam e impõem a automação estão ligadas aos custos operacionais. Nos países desenvolvidos, é uma imposição econômica, decorrente de razões facilmente identificáveis. Nesses países, dentre os fatores da produção, o trabalho se destaca como o de remuneração mais alta. A mão-de-obra empregada é paga mediante salários elevados. Por outro lado, o segundo fator da produção, o capital, se apresenta acentuadamente módico. Havendo perfeita circulação da riqueza nacional, a oferta de capital é superior ao custo, tornando, para usarmos uma linguagem trivial, o dinheiro *barato*. Por força deste esquema, torna-se mais rendoso o investimento em máquinas sofisticadas e caras, que empregam, porém, um mínimo de mão-de-obra. Nos países subdesenvolvidos o processo é inverso. Enquanto escasseia o dinheiro, encarecendo o capital, o atraso econômico eleva o número de desempregados, o que, segundo a lei da oferta e da procura, traduz-se em mão-de-obra fácil e barata. Não nos esqueçamos, ainda, que o dinheiro *caro* deverá ser cambiado — a moeda fraca trocada pela forte — pois os equipamentos são

importados, em uma razão de 70%. De qualquer forma, é fora de dúvida: o que se tem feito no Brasil em termos de modernização e automação não corresponde, absolutamente, ao custo operacional das empresas, que continuam trabalhando a preços elevados. A justificativa unânime reside no alto custo da maquinaria, comprada e paga em dólar, o que em si não deixa de ser um risco, em virtude das oscilações cambiais e da necessidade de desempate, o mais rapidamente possível, do capital empregado.

Cabe aqui uma análise mais extensa de um tema de suma importância: a rápida obsolescência da maquinaria moderna. Inicialmente, o custo mais baixo da produção derivava da rápida amortização do capital empregado na aquisição e, por outro lado, da vida útil mais longa. *Mutatis mutandis*, o alto custo industrial da atual produção provoca fenômeno inverso.

Demonstraremos: um prelo tipográfico grande, dos muitos que ainda funcionam no Brasil, custava, em média, o correspondente a 2% do capital social da firma adquirente. Para sua amortização, pela tabela internacional, seriam necessários 10 anos. A produção média de uma dessas velhas máquinas, utilizando 4 operadores, é de 1.500 folhas por hora. Os parques gráficos da Guanabara e de São Paulo, para ficarmos nos principais, ainda se servem dessas máquinas. Algumas já trabalharam 50 anos e podem continuar trabalhando, pelo menos, mais 50. Caso isso ocorra, terá a indústria, sem ônus, mais 90 anos a seu favor.

Agora, vejamos a relativa, que gradativamente se vai incorporando ao parque gráfico nacional e na qual é impressa a maioria das revistas e jornais especializados de grande tiragem. A edição periódica, especializada ou não, exige, como é óbvio, produção rápida. Imaginemos o capital social de uma importante gráfica. Fixemos esse capital em 1 milhão de cruzeiros novos (Tabela V).

TABELA V  
ATIVO IMOBILIZADO

#### Guanabara

A maior parte das gráficas era constituída por firmas individuais que não dispunham de balancetes. Não se conseguiu respostas de 154 empresas (32,8%), inclusive firmas de grande porte, com ativo immobilizado na faixa de NCr\$ 200.000,00 a NCr\$ 1.000.000,00. Através de processo de inferência estatística chegou-se ao ativo de NCr\$ 92,7 mil. As 461 empresas cujo ativo era inferior a NCr\$ 1.000.000,00 apresentaram NCr\$ 47.429,6 mil de ativo immobilizado, e as demais, NCr\$ 36.327,7 mil.

O ativo immobilizado total do parque gráfico da Guanabara foi calculado em NCr\$ 79.102,3 mil, com erro inferior a 2%, para mais ou para menos.

#### São Paulo

O ativo immobilizado na indústria gráfica da região era de ..... NCr\$ 187.678.510,00. As máquinas e acessórios representavam 63,9% do ativo, e os imóveis, 25,5%.

Fonte: Pesquisa patrocinada pelos Sindicatos da Indústria Gráfica de São Paulo e da Guanabara. Apesar de revelados em 1969, os dados se referem a 1967.

Uma rotativa entre média e pequena custa, hoje, 80 mil dólares, incluindo-se frete, seguro e outras despesas inevitáveis. Suponhamos que essa máquina chegue ao Brasil por cerca de NCr\$ 400.000,00, ou seja, 40% do capital social. Com pouco mais de cinco anos estará obsoleta, sem condições de oferecer concorrência ao parque mais jovem.

A solução é produzir o máximo durante o período de vida útil-econômica.

Explicamos: trabalhando em turno de 8 horas, teremos, por mês, 200 horas. Esse ritmo atinge o limite superior ao fim de cinco anos: 12.000 horas. A partir desse ponto, a máquina terá de ser reformada integralmente. Todas as partes que se movimentam — mancais, eixos, engrenagens — deverão ser substituídas. Apenas a estrutura permanece útil. Assim, essa máquina, mais cara que a anterior e de vida econômica bem menor, terá de se pagar em cinco anos. Fora desse limite, haverá prejuízo certo.

Outra opção utilizada pelos que preferem mais produtividade — ainda que com desgaste maior, *anulado* pela contínua renovação do parque — é aumentar a jornada. Na segunda hipótese, temos uma jornada de 16 horas: 400 horas por mês. A vida econômica-útil competitiva se reduz a 2 anos. No fim desses 2 anos, a máquina estará imprestável, como a anterior. No Brasil, costuma-se recondicioná-las. Nos países desenvolvidos, como a Alemanha, a máquina seria jogada fora. Em alguns, entretanto, ela é refundida e vendida para o exterior, para um país subdesenvolvido — o Brasil, por exemplo.

Afora o emprêgo de rotativas, verifica-se, no parque gráfico brasileiro, uma tendência ao uso de composição fria, que aumenta sua disponibilidade a curto prazo. Além da rapidez de produção, do maior número de recursos, da economia de mão-de-obra e da qualidade superior, a composição fria não exige grandes tiragens. Uma de suas evidentes vantagens está na redução dos gastos com a preparação do material, gastos esses que encarecem a impressão *offset*, tornando-a aconselhável apenas para as grandes tiragens. Nossa indústria editorial, no entanto, caracteriza-se pelo baixo volume das tiragens.

Analisemos a fotocompositora: as primeiras máquinas em instalação no Brasil são da 3ª e 4ª geração: como os computadores, têm gerações curtas. Isso significa rápida obsolescência da máquina e, conseqüentemente, a necessidade de recuperação do capital empregado no prazo de 2 a 3 anos. Sabendo-se que a fotocompositora mais barata, acoplada com computador, custa hoje um mínimo de 160 mil dólares, conclui-se, facilmente, que as gráficas terão de trabalhar com a edição rápida de elevadas tiragens, de forma a compensar, com a quantidade e o tempo, o custo operacional. Temos nossas dúvidas quanto à factibilidade deste ponto. Infelizmente, somos um país de público leitor reduzido. As tiragens, principalmente dos periódicos especializados, são pequenas.

(Exceções: *Quatro Rodas*, *Auto-Esporte*, *Conjuntura Econômica*, *Jornal Brasileiro de Medicina*, que têm público mais numeroso.)

A renovação atual do parque gráfico brasileiro, por outro lado, realiza-se com características absolutamente inéditas, de forma bastante diversa do que ocorria, por exemplo, há apenas 3 anos. Até essa época, a substituição se operava na forma clássica e tradicional da venda do equipamento substituído para o interior ou para empresas do Rio e São Paulo, de menor porte. Esse tipo de operação é hoje impraticável. As gráficas do interior já não as compram em face do respectivo custo e capacidade operacional, antieconômico para as pequenas e médias tiragens. As gráficas do Rio e São Paulo também já não o fazem, em virtude de sua obsolescência. No parque gráfico brasileiro os prelos de impressão tipográfica tornam-se elefantes brancos.

Recentemente, uma das indústrias médias deste Estado renovou parcela de seu parque, com a aquisição de uma fotocompositora e novas impressoras *offset*. Essas máquinas, sem dúvida, substituíam outras impressoras, velhos prelos tipográficos. Seguindo o costume da praça, a gráfica colocou-as à venda. Até agora, cerca de um ano, não encontrou comprador. Desistiu da venda, remontou as máquinas e voltou a utilizá-las como sistema de segurança, enquanto não ocupam espaço destinado a máquinas modernas, para cobrir panes. Quando tal espaço for exigido pelas novas máquinas, serão desmontadas e postas fora.

Preocupamo-nos com o processo de modernização do parque gráfico. Além da questão relativa ao material em substituição, há o problema do pessoal. A transformação da atual maquinaria em sucata tende a agravar-se, com sérios prejuízos para as gráficas que dela se desfazem, em vista da tendência geral da substituição do processo tipográfico pelo *offset* e da composição clássica pela fria. Com exceção das gráficas que entraram praticamente no processo da composição fria, sabemos de estudos do Serviço Gráfico da Fundação IBGE e de uma revolução que, em poucos meses, será levada a efeito pela imprensa diária do Rio e São Paulo. Dentro em pouco surgirão impressos em *offset* e compostos a frio os *Diários Associados*, o *Jornal do Brasil* e o *Globo*, pelo menos. Estudos de viabilidade estão sendo feitos por *Última Hora* e *Correio da Manhã*. Em São Paulo, o panorama é o mesmo, o processo de renovação liderado pelos grupos do *Estado de São Paulo* e das *Fólias*, que já adquiriram novo equipamento <sup>(5)</sup>. Damos estas informações para justificar duas perguntas:

- Que se fará das pesadas rotativas desses jornais?
- Para onde irão os gráficos dispensados?

(5) Quatro gráficas carlocas, ao menos, estão caminhando para a fotocompositora: Cia. Gráfica Lux, Gráfica Barbero, Artes Gráficas Gomes de Souza e a Editora Delta, que trabalha exclusivamente na produção de seus próprios dicionários.

De modo que se tenha uma idéia do que significa o processo de substituição do parque gráfico e sua repercussão no mercado de trabalho, basta conhecermos o quadro atual. Como temos ressaltado repetidamente, carecemos de dados atualizados. As informações se restringem ao levantamento do parque gráfico da área Rio-São Paulo, realizado em 1966/67, sob o patrocínio do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Tabela VI).

TABELA VI

MÁQUINA	Idade Média	N.º de Empresas	N.º de Máquinas
Minerva manual	30 anos	353	761
Minerva automática	24 anos	183	331
Cilíndricas manuais	40 anos	118	219
Cilíndricas automáticas	26 anos	170	412
Rotativas *			
— 1 côr	16 anos	8	8
— mais côres	16 anos	6	16
Offset *			
— 1 côr	26 anos	74	238
— mais côres	18 anos	15	48
— mais de 4 côres	23 anos	5	9
Papel bobina	25 anos	4	8
Rotogravura	11 anos	3	7

## ENCADERNAÇÃO

Tudo, menos guilhotina	37 anos	306	894
Guilhotinas			
— manuais	32 anos	131	146
— semi-automáticas	23 anos	300	300
— automáticas	22 anos	110	193
Corte e vinco	23 anos	52	124

\* Dados de 1967

Segundo êsses dados, o equipamento do parque gráfico da Guanabara compunha-se de 5.699 máquinas de 44 tipos diferentes, contra 12.553 unidades em São Paulo. A exceção das firmas mais organizadas, que dispunham de elementos com que precisar a idade e outras características do equipamento, das outras obteve-se apenas o tempo de uso na empresa, dado de importância relativa. Como sabemos, a maioria do equipamento foi adquirida a terceiros, podendo uma gráfica, o que é comum, com apenas 1 ano de existência, possuir máquinas

em uso há mais de 20 anos. Isso é freqüente, sobretudo com as minervas manuais, as cilíndricas manuais e guilhotinas manuais e semi-automáticas. O tipo de máquina mais utilizado é a minerva manual, com elevado tempo médio de uso (existem 761 unidades na Guanabara, distribuídas por 64,8% das empresas que possuíam uma ou mais de suas unidades). As máquinas mais raras, na Guanabara, são, exatamente, as modernas impressoras de bobina a mais de uma cor, rotogravadoras e máquinas de colagem automática. Em São Paulo, as máquinas de encadernação e alceamento respondem por 78,9% do parque. Entre as máquinas de composição, as que utilizam monotipo são as mais velhas, com 32 anos. As máquinas de acabamento, mais novas, têm apenas 4 anos.

Na Guanabara, os prelos de prova e os linotipos representam 91,6% do equipamento. O parque gráfico guanabarino dispunha de 513 máquinas de composição — monotipia e linotipia — cujo tempo médio de uso varia entre 10 e 23 anos. São Paulo, por sua vez, dispunha de 803 máquinas compositoras, sendo seu parque mais velho, com idade média de 13 a 32 anos. As linotipos respondem por 58,5% do total e os prelos de prova por 58%.

Em nosso Estado, o equipamento para impressão tipográfica compõe-se de minervas e cilíndricas manuais e automáticas e rotativas, essas em menor número. A máquina mais usada é também a mais velha, a minerva manual, encontrada em 74,8% das empresas cariocas (uma máquina em cada uma, pelo menos). As rotativas de uma cor, as mais antigas, correspondiam a apenas 1% do total. Apenas 6 empresas dispõem de rotativas de mais de uma cor. Em São Paulo, o quadro difere em poucos aspectos. Com um total de 5.556 máquinas, de idade média variável entre 13 e 31 anos, o parque gráfico paulista é dominado pelas minervas, manuais ou automáticas, responsáveis por 68,7% do total.

Na Guanabara, apenas 78 gráficas dispõem de equipamento *offset* de impressão, num total de 303 máquinas, 295 das quais alimentadas por papel em folha, e as restantes por bobinas. Dessas máquinas, pequenas, 79,2% são de uma cor e apenas 3,6%, as grandes, a quatro cores. Em São Paulo, o número dessas máquinas eleva-se a 612. A grande maioria (79,9%) é de máquinas a uma cor, sendo 19% a duas cores e apenas 1,1% a 4 cores. A idade desse equipamento oscila de 4 a 14 anos. As rotogravadoras, no eixo Rio-São Paulo, atingem a 20 impressoras, 13 das quais em São Paulo, com idade média entre 13 e 25 anos. Na Guanabara, esse tempo é de 8 anos.

Em São Paulo, a indústria gráfica empregava, em 1966, 28.091 pessoas, excluídos proprietários e diretores, contra 11.711 na Guanabara, empregados em 421 empresas. Esses dados referem-se tão-somente aos servidores registrados. Para que representem o número real, essas cifras devem ser inflacionadas, pois as gráficas da região trabalham, normalmente, com operários não registrados: tarefeiros, biscateiros, menores e aprendizes.

Em 1966, o salário médio mensal na Guanabara não excedia a NCr\$ 181,11 contra 226,99 em São Paulo. Ambos os índices são baixíssimos e estão sendo superados, à medida que os novos equipamentos exigem especialização. Segundo dados do Sindicato da Indústria Gráfica do Estado de São Paulo, o montante de pagamentos mensais, excluídos os proprietários, era, em São Paulo, de NCr\$ 6.376.410,00 e de NCr\$ 2.120.975,50, na Guanabara.

Essa maquinaria pesada transformar-se-á, mais cedo ou mais tarde, em sucata. O emprêgo da mão-de-obra tende a reduzir-se por fôrça da automação. Que se fará então?

No que diz respeito à mão-de-obra, o problema se complica também quanto às gráficas, sabendo-se que as novas máquinas exigem pessoal especializado. Não dispomos de operários qualificados, nem temos conhecimento de medida alguma visando à sua preparação. Os que existem foram ou estão sendo formados na própria indústria, pela gráfica. O único esforço digno de registro é o do SENAI. Deve-se, contudo, assinalar a insuficiência de sua contribuição, em número e experiência, para atender à demanda. A carência de pessoal especializado vai do mestre ao chefe de setores, do operador ao engenheiro eletrônico ou de produção. Mais uma vez, somos vítimas do círculo vicioso. Sendo a automação ainda incipiente, não se desenvolve em ritmo que estimule a formação de mão-de-obra qualificada, cuja ausência está dificultando a implantação de novas máquinas e novos métodos. De qualquer forma, algumas categorias de operários gráficos, como os linotipistas, que são numerosos e constituem a elite da classe, e, em segundo plano, os compositores manuais, estão condenadas ao desaparecimento em futuro próximo.

O aumento do parque gráfico, apesar de sua automação, será capaz de absorver essa mão-de-obra que se tornará disponível?

Outro ponto de importância é a necessidade de o Governo adotar uma correta política de isenção alfandegária, adaptada à realidade. Tememos que a atual política sem critério provoque uma *febre desenvolvimentista* em nossos industriais gráficos, levando o parque nacional a um desenvolvimento não adequado à realidade econômica do País. O Governo vem enfrentando o problema através do GEIPAG — Grupo Executivo da Indústria do Papel e Artes Gráficas. Através do GEIPAG, o industrial brasileiro importa o equipamento com total isenção de impostos, taxas etc. Sobre a isenção do Governo brasileiro, o importador usufrui, ainda, do financiamento do fabricante, cujo limite é uma teórica capacidade de solvência do comprador.

Essas facilidades, justas e necessárias, têm provocado em alguns industriais, à míngua de controle e de estudos prévios de viabilidade, o que chamamos anteriormente de *febre desenvolvimentista*. Em fase de economia sujeita a depressão e crise, os homens da indústria gráfica acham-se em condições de importar acima dos próprios recursos. O resultado é que, não raro, importam perigosamente acima dos limites de segurança.

O perigo, a nosso ver, é duplo: além do problema da insolvência, há a estrutura do parque gráfico. Se sua modernização se fizer descontroladamente e sem viabilidade, substituindo-se por substituir, teremos o saturamento do mercado ou, em outras palavras, uma oferta de serviços maior do que a procura.

## V — CONCLUSÕES

Não se pode — de forma genérica ou categórica — decretar a impossibilidade, inconveniência ou inviabilidade, de editôres de periódicos especializados possuírem, ou não, gráficas próprias. A afirmativa far-se-á, apenas, caso a caso, em vista das características de cada editôra.

Como ficou claro, de início, é imprecisa a expressão *periódico especializado* e sua sucedânea *editôra especializada*. Em sua maioria, as editôras de periódicos



especializados, particularmente os culturais, não possuem parque gráfico próprio; a algumas, esse parque será permanentemente inacessível, a outras inconveniente.

A conveniência pode ser medida pelo número de títulos, respectivas tiragens, rigor da periodicidade etc. A possibilidade deriva da relação entre o capital social e o necessário para a montagem do equipamento gráfico, num primeiro plano; das possibilidades, a prazo médio, de sua recuperação, em segundo.

A uma editôra pequena, sejam quais forem as características, não nos parece indicada a montagem de parque gráfico próprio: se o dimensionamento do parque considerar a produção industrial, o custo operacional tornar-se-á elevadíssimo (e, portanto, antieconômico). Em outras palavras, sairá mais barato contratar com terceiros os serviços gráficos. Se esse dimensionamento, todavia, levar em conta a indústria gráfica como um todo (e não as necessidades de sua atividade editorial), tornar-se-á um investimento de tal ordem, requererá somas tão altas, que o acessório dominará o objeto. Ao invés de uma editôra com parque gráfico próprio, teremos uma gráfica que *também* edita.

Aos problemas acima, de ordem econômica, somam-se os gerenciais.

Ao editor, o parque gráfico é conveniente em 2 (dois) casos: *a*) grande volume de títulos e tiragens; e *b*) rigor na circulação. No primeiro caso situam-se aquelas editôras que, pelo número de títulos e respectivas tiragens, têm garantido o volume de trabalho necessário para absorver toda a capacidade de produção do parque. No segundo caso, situam-se, em tese, os periódicos conjunturais (informativos, noticiosos), cuja sobrevivência depende da circulação em dia.

Os periódicos especializados que não se enquadram nos itens anteriores não devem cogitar de parque gráfico próprio. Para eles, aconselhamos, quando se fizer inconveniente a contratação usual de gráfica, o trabalho dentro do sistema *time sharing*.

Sugerimos, concretamente, a reunião de diversos editôres sob uma mesma organização (a Fundação Getúlio Vargas? O Instituto Nacional do Livro? O Sindicato dos Editôres?). Essa organização adquiriria e administraria, em condomínio, todo um parque gráfico, projetado em função das necessidades dos condôminos. Instalado o parque, dêle se utilizariam os condôminos, através do conhecido processo do *partilhamento do tempo*. Assim, os pequenos usuários disporiam — rentavelmente — dos grandes e custosos equipamentos, doutra forma absolutamente proibitivos. As vantagens econômicas, seja rentabilidade seja produtividade, são óbvias: barateamento do custo gráfico, melhoria da qualidade gráfica, possibilidade de tiragens maiores, utilização de recursos gráfico-editoriais sofisticados etc.

Como tornar exequível esse Projeto? É a questão que fica. De nossa parte estamos convencidos de que o modelo só poderá ser identificado a partir de uma análise econômica profunda da indústria gráfico-editorial, único meio de realizar estudos seguros de viabilidade. Soma-se a essa tarefa a fixação dos objetivos da atividade editorial.

A concretização, certamente, anulará dois dos mais graves problemas com que nos defrontamos: a ausência de informação e o alto custo do equipamento gráfico.